

**CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA NOVO
HORIZONTE – RINCÃO DOS CAIXÕES A PARTIR DA TEORIA DE AXEL
HONNETH**

**SOCIO-HISTORICAL CONSTRUCTION OF THE QUILOMBOLA COMMUNITY
NOVO HORIZONTE – RINCÃO DOS CAIXÕES BASED ON THE THEORY OF
AXEL HONNETH**

Recebido em: 12/06/2024

Reenviado em: 14/01/2025

Aceito em: 19/01/2025

Publicado em: 14/02/2025

Camila Kuhn Vieira¹ 
Universidade de Cruz Alta

Adriana da Silva Silveira² 
Universidade de Cruz Alta

Cátia da Silva Herter³ 
Universidade de Cruz Alta

Solange Beatriz Billig Garces⁴ 
Universidade de Cruz Alta

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de construção sócio-histórica da Comunidade Remanescente Quilombola Novo Horizonte – Rincão dos Caixões a partir da teoria do reconhecimento de Axel Honneth. O estudo caracteriza-se como qualitativo, descritivo e exploratório. Para este estudo foi realizado um recorte do projeto “Tradições e Memórias: os simbolismos que revelam a identidade, a ancestralidade e a possibilidade de desenvolvimento sustentável em Comunidade Quilombola” do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta -UNICRUZ e apoio da Emater e das Cáritas. Os resultados foram intitulados como “A teoria do reconhecimento de Axel Honneth” e “A construção sócio-histórica da comunidade quilombola novo horizonte - Rincão dos Caixões”. O processo de luta e reconhecimento da comunidade quilombola segue em evolução e demanda conscientização em relação aos direitos dos integrantes da comunidade. Logo, a construção sócio-histórica da comunidade quilombola reforça o papel relevante que esses espaços desempenham no contexto histórico brasileiro como marco de resistência contra a opressão imposta pelo regime escravocrata e ainda têm relevância na conservação das tradições e culturas afro-brasileiras.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola; Reconhecimento; Sócio-histórica; Cultura;

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social na Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. E-mail: camilakuhn1994@hotmail.com

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social na Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001. E-mail: adri01rp@gmail.com

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social na Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. E-mail: catia.herter@sou.unicruz.edu.br

⁴ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Docente (titular) do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. E-mail: sgarces@unicruz.edu.br

Abstract: This work aims to analyze the process of socio-historical construction of the Quilombola Remnant Community Novo Horizonte – Rincão dos Caixões based on Axel Honneth's theory of recognition. The study is characterized as qualitative, descriptive and exploratory. For this study, an excerpt from the project “Traditions and Memories: the symbolisms that reveal identity, ancestry and the possibility of sustainable development in the Quilombola Community” from the Postgraduate Program in Sociocultural Practices and Social Development at the University of Cruz Alta was carried out. -UNICRUZ and support from Emater and Cáritas. The results were titled “Axel Honneth's theory of recognition” and “The socio-historical construction of the quilombola community novo horizon - Rincão dos Caixões”. The process of struggle and recognition of the quilombola community continues to evolve and demands awareness regarding the rights of community members. Therefore, the socio-historical construction of the quilombola community reinforces the relevant role that these spaces play in the Brazilian historical context as a mark of resistance against the oppression imposed by the slave regime and still have relevance in the conservation of Afro-Brazilian traditions and cultures.

Keyword: Quilombola Community; Recognition; Socio-historical; Culture;

INTRODUÇÃO

O domínio e exploração do povo negro por meio da escravidão contempla o arcabouço de uma história repleta de incidentes, integrante do movimento colonial que se caracteriza inicialmente como um período em que a Europa realiza inúmeras práticas de invasão, domínio e exploração de civilizações inteiras em nome do seu progresso econômico. Esses episódios atacaram diretamente a identidade individual e coletiva dos afrodescendentes com atos contínuos de desrespeito aos valores humanos e originou uma dívida social incalculável (Furtado; Pedroza; Alves, 2014).

O principal movimento de oposição à violência e escravidão imposta ao povo negro foram os movimentos quilombolas que surgiram como comunidades formadas por aqueles que fugiam da escravidão e buscavam criar espaços de resistência, autonomia e liberdade. Assim, os espaços quilombolas buscam reconhecer o poder e a resiliência dos escravizados que não se submeteram passivamente ao sistema escravista, mas sim, resistiram e lutaram por sua liberdade e dignidade (Furtado; Pedroza; Alves, 2014).

As comunidades quilombolas como espaços de resiliência se constitui por meio da sua própria história e cultura na sociedade ao longo dos anos, formando assim, a construção de sua identidade sócio-histórica. Desta forma, este trabalho tem como objetivo analisar o processo de construção sócio-histórica da Comunidade Remanescente Quilombola Novo Horizonte – Rincão dos Caixões a partir da teoria do reconhecimento de Axel Honneth. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, vinculando-se a um projeto interdisciplinar que investiga simbolismos culturais em uma comunidade quilombola no Rio Grande do Sul.

Destarte, o exemplo de resistência dos quilombos, assim como as transformações históricas que ocorreram nesses espaços ao longo do tempo são evidências da força do povo negro no Brasil, reforçada através de pesquisas de campo, sendo fundamental

para entender e valorizar a história do negro no país assim como reconhecer a importância das tradições e memórias cultuadas nos espaços quilombolas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo caracteriza-se como qualitativo, descritivo e exploratório, vinculado ao projeto “Tradições e Memórias: os simbolismos que revelam a identidade, a ancestralidade e a possibilidade de desenvolvimento sustentável em Comunidade Quilombola” do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta -UNICRUZ e apoio da Emater e das Cáritas.

A coleta dos dados se deu na Comunidade Quilombola Remanescente Novo Horizonte – Rincão dos Caixões, município de Jacuizinho do Estado do Rio Grande do Sul, por meio de entrevistas individuais gravadas (amostra de 15 idosos) e posteriormente transcritas, sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da UNICRUZ pelo parecer nº 6.037.390/2023 e apresentado o Termo de Consentimento Livre e esclarecido – TCLE. Para a análise dos dados foi utilizado análise de conteúdo do tipo temática (Bardin, 2011).

No entanto, para este estudo foi realizado um recorte do tópico da análise temática “A Construção Sócio-histórica da Comunidade Quilombola Remanescente Novo Horizonte – Rincão dos Caixões” a partir da Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth.

A TEORIA DO RECONHECIMENTO DE AXEL HONNETH

A teoria crítica do reconhecimento intersubjetivo proposta por Axel Honneth⁵, filósofo alemão, defende como tese central que a identidade dos indivíduos é determinada em um processo intersubjetivo mediado pelo mecanismo do reconhecimento. Honneth (2003) explicita formas de menosprezo/desrespeito pelas quais os indivíduos estão expostos na vida social e apresenta os modelos correspondentes de reconhecimento. Essas maneiras de desprezos e falta de respeito que são apontadas por Honneth se faz presente ao longo da história do povo negro escravizado, submetido a formas sub-humanas de tratamento.

⁵ Axel Honneth, nascido em 1949 na Alemanha, é um renomado filósofo e sociólogo vinculado à tradição da teoria crítica. Com uma trajetória acadêmica marcada por sua conexão com a Escola de Frankfurt, Honneth dedicou-se a investigar como as relações de reconhecimento influenciam a formação da identidade e a luta por justiça social. Sua obra aborda questões fundamentais como desigualdades, exclusão social e as bases para a construção de uma sociedade mais democrática. Recentemente, tem dialogado com perspectivas decoloniais, refletindo sobre as relações de poder em um contexto global e as possibilidades de superação de estruturas coloniais.

A experiência de humilhação a que um indivíduo pode lidar menciona à negligência, tortura e violação de direitos. A forma principal do não reconhecimento é a negativa do afeto e do respeito que gera como consequência a insegurança emocional e física, uma fratura na autoconfiança que se constitui na premissa psíquica para o desenvolvimento de todas as demais formas de autoestima (Honneth, 2003).

O menosprezo *acena* para a privação de direitos e à exclusão social, nessa situação, o indivíduo, humilhado socialmente pela falta de garantia dos seus direitos e desconhecido de seus deveres. O direito assegura ao indivíduo uma ampliação das suas liberdades individuais, independentemente da classe social a que pertença, arrefecendo as desigualdades e promovendo o autorrespeito. Os impedimentos para o pleno exercício da cidadania resultam na invisibilidade social do sujeito (Honneth, 2003).

Para o autor (Honneth, 2003), no que tange ao “reconhecimento jurídico”, todo ser humano deve ser considerado, sem distinção, um “fim em si”, ao passo que o “respeito social” salienta o “valor” de um indivíduo, na medida em que este se mede intersubjetivamente pelos critérios da relevância social. A degradação social acontece quando o indivíduo não obtém da sua comunidade a aprovação solidária e a apreciação das capacidades e formas de vida desenvolvidas individualmente (Honneth, 2003).

Analisando historicamente o processo de escravidão e posteriormente a exclusão do povo negro de direitos pode-se afirmar que eles sofreram intensamente as três formas de desprezo/desmoralização pelas quais os indivíduos podem estar expostos na vida social: experiência de humilhação, menosprezo e degradação social. Honneth (2003) destaca que cada forma de menosprezo abre uma janela de patologia psicossocial promovida pela denegação do direito.

O movimento pela busca pelo reconhecimento negado ocorre por meio da revolta, das pressões e da violência, que originam os conflitos individuais e sociais. Na conjuntura de supressão de direitos essenciais para a construção das identidades intersubjetivas que a teoria crítica de Honneth (2003) contribui nas pesquisas sobre comunidades quilombolas. Cada uma das formas de reconhecimento apontadas por Honneth relaciona-se intimamente ao desenvolvimento de um tipo específico de autorrelação prática ou de relação interna do indivíduo.

Na primeira esfera, denominada íntima, a pessoa é reconhecida como um indivíduo com necessidades e desejos específicos. Nela o reconhecimento tem o caráter de uma devoção afetiva, incondicional, preocupada com o bem-estar do outro enquanto tal; essa devoção pode

ser descrita com categorias como cuidado e amor. A autorrelação prática que se desenvolve aqui é a autoconfiança;

Na segunda esfera, o indivíduo é reconhecido como uma pessoa a quem é atribuída à mesma capacidade moral que se atribui a todo ser humano. Nas sociedades modernas, essa esfera de reconhecimento é a das relações juridicamente mediadas e tem o caráter de um tratamento igualitário, universal pelo menos no âmbito da comunidade juridicamente definida. A autorrelação prática que os indivíduos desenvolvem aqui é designada de autorrespeito;

Na terceira e última esfera, o indivíduo é reconhecido como uma pessoa cujas capacidades e habilidades são tidas como de valor para uma comunidade concreta. Em textos mais antigos Honneth denominou essa forma de reconhecimento como solidariedade; desde sua discussão com Nancy Fraser (Honneth, 2003a), ele se refere a ela como contribuição social ou realizações. “A autorrelação prática que os indivíduos desenvolvem nessa esfera é designada de autoestima” (Honneth, 2007, p. 138-139).

Imagem 1- Estruturas das relações sociais de reconhecimento.

| Modos de reconhecimento | Dedicação emotiva | Respeito cognitivo | Estima social |
|--|------------------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|
| Dimensões da personalidade | Natureza carencial e afetiva | Imputabilidade moral | Capacidades e propriedades |
| Formas de reconhecimento | Relações primárias (amor, amizade) | Relações jurídicas (direitos) | Comunidade de valores (solidariedade) |
| Potencial evolutivo | | Generalização, materialização | Individualização, igualização |
| Auto-relação prática | Autoconfiança | Auto-respeito | Autoestima |
| Formas de desrespeito | Maus-tratos e violação | Privação de direitos e exclusão | Degradação e ofensa |
| Componentes ameaçados da personalidade | Integridade física | Integridade social | “Honra”, dignidade |

Fonte: Honneth (2003).

A análise da situação sócio-espacial-cultural das comunidades quilombolas evidencia que esses coletivos foram historicamente excluídos e postos em situação de marginalização social quando comparados aos outros grupos que compõem o tecido da sociedade brasileira. Na perspectiva de Honneth (2003) as possibilidades de conferir reconhecimento social às suas capacidades são suprimidas dos coletivos quilombolas.

Honneth (2003) desconsidera que o reconhecimento ocorra a partir da inclusão econômica e defende que o processo de reconhecimento acontece a partir de três dimensões: do amor, da solidariedade e do direito. Honnet (2003) defende que a ausência de reconhecimento intersubjetivo e social seria a causa principal dos conflitos sociais e aborda os conflitos como

situações originárias de desrespeito social e uma alternativa de ataque à identidade individual e coletiva.

Em linhas gerais, Honnet (2003) baseia-se na tese de que os conflitos sociais são marcados (têm origem) na luta pelo reconhecimento intersubjetivo e social, sendo essa luta o motor das mudanças sociais e conseqüentemente da evolução das sociedades, de modo que a ausência de reconhecimento é o que deflagra os conflitos sociais. Honnet (2003) entende que o conflito é capaz de gerar ações que busquem restaurar relações de reconhecimento mútuo ou justamente devolvê-lo num nível evolutivo superior e entende que as lutas por reconhecimento, uma força moral, que impulsiona o desenvolvimento social e permite a formação da identidade prática do indivíduo num contexto prévio de relações de reconhecimento.

Os indivíduos e grupos só formam suas identidades e são reconhecidos quando aceitos nas relações com o próximo (amor), na prática institucional (justiça/direito) e na convivência em comunidade (solidariedade). Assim, as perguntas que o próprio autor se faz são: como a experiência do desrespeito está ancorada nas vivências afetivas dos sujeitos humanos, de forma que possa dar, no plano motivacional, o impulso para a resistência social e para o conflito, mais precisamente, para uma luta por reconhecimento? E mais, se o reconhecimento é uma dimensão que pode ser mediada pelos pilares do amor, do direito e da solidariedade, quais são, então, as categorias morais que identificam a ausência do reconhecimento? (Honneth, 2003, p. 214).

A abolição da escravatura garante o direito à liberdade dos negros escravizados, mas o exclui do direito geopolítico de uso do território, eliminando essa população para áreas marginais e invisíveis em uma exclusão materializada do território, construindo uma cartografia nacional que reforça as diferenças sociais alarmantes da sociedade brasileira.

Almeida (2019) destaca que os diferentes processos de formação nacional dos Estados brasileiros ocorreram mediante projetos políticos e as classificações raciais contiveram papel fundamental na definição de hierarquias sociais, na legitimidade da condução do poder estatal e nas estratégias econômicas de desenvolvimento. Esses fatores são demonstrados na existência de distintos modos de classificação racial no Brasil, além da aparência física de ascendência africana, o pertencimento de classe é explicitado na capacidade de consumo e na circulação social. Assim ocorre a possibilidade de “transitar” em direção a uma estética relacionada à branquitude, e manter hábitos de consumo característicos da classe média, pode tornar alguém racialmente “branco” (Almeida, 2019).

Almeida (2019) aponta quatro elementos que considera o cerne da manifestação estrutural do racismo: a ideologia, a política, o direito e a economia, e aponta que a permanência do racismo demanda a criação e a recriação de um imaginário social em que

determinadas características biológicas ou práticas culturais são associadas à raça e que a desigualdade social seja naturalmente atribuída à identidade racial dos indivíduos ou, de outro modo, que a sociedade se torne indiferente ao modo com que determinados grupos raciais detêm privilégios (Almeida, 2019).

No movimento de resistência, o povo negro assume o seu protagonismo e exige do Estado o reconhecimento dos seus direitos enquanto cidadãos brasileiros, conquistando em 1988 a criação da Fundação Palmares, entidade vinculada ao Ministério da Cultura por meio da lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988 (Brasil, 1988). A Fundação Palmares, entidade responsável pela certificação das comunidades remanescentes de quilombolas.

A regularização das terras de comunidades remanescentes de quilombola ocorre somente em 20 de novembro de 2003, com a promulgação do Decreto 4.887 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT estabelecido na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2003; Brasil, 2016).

Conforme o art. 2º, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Brasil, 2003, p. 01).

Desta forma, as comunidades quilombolas são oriundas daquelas comunidades que resistiram à brutalidade do regime escravocrata e se rebelaram frente a quem acreditava serem eles sua propriedade. No artigo 1º, da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, que autorizou ao Poder Executivo constituir a Fundação Cultural Palmares – FCP e permitiu outras providências, lê-se: “[...] promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira” (Brasil, 1988, p. 01).

A regulamentação de legislações voltadas para o reconhecimento dos direitos geopolíticos e inclusão de políticas públicas voltadas para as pessoas negras, que incluem escravizados e seus descendentes com o direito à propriedade a partir da certificação das comunidades quilombolas oferece, ainda que tardiamente, a possibilidade manutenção e fortalecimento da cultura negra, mas entende-se que existe um longo caminho a ser percorrido para que realmente exista a equidade social que efetive o reconhecimento e valorização do povo negro brasileiro.

A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA NOVO HORIZONTE - RINCÃO DOS CAIXÕES

A Comunidade Quilombola Remanescente Novo Horizonte – Rincão dos Caixões localiza-se no município de Jacuizinho, região noroeste do Rio Grande do Sul – RS, foi certificada como remanescente de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares - FCP pelo processo nº 01420.000940/2006-14 e Portaria nº 38930, de 39056 no ano de 2020. É formada por 35 famílias, mas atualmente vivem na Comunidade 33 famílias e a maioria busca sua sobrevivência socioeconômica através do plantio diversificado de culturas agrícolas. Os integrantes da comunidade vivem de forma simples, praticando a agricultura de subsistência, com trabalho coletivo, na forma de mutirões. A produção de alimentos está baseada na cultura da mandioca, amendoim, milho, batata doce, feijão, além das pequenas hortas ao redor da casa e, ultimamente também o fumo e a soja. Cada família tem sua criação de porcos e galinhas para consumo próprio e alguns, com vacas de leite.

A comunidade quilombola de Novo Horizonte – Rincão dos Caixões iniciou o processo de reconhecimento como grupo etnicamente diferenciado a partir do ano de 2004. Antes disso, caracterizavam-se por grupos familiares que estavam aglomerados em determinado território, vivendo na precariedade, praticando uma horticultura de subsistência, com a renda de aposentadorias e da venda de mão de obra em granjas vizinhas. Além disso, viviam na invisibilidade da sociedade e encurralados em uma pequena agrovila no interior de Jacuizinho, divisa com Tunas, no Rio Grande do Sul. Eram pouco conhecidos e não tinham acesso a políticas públicas. Na época, era quase inexistente a produção agrícola para o mercado, nessas famílias.

O fato de ser reconhecido como comunidade quilombola pela Fundação Palmares é requisito para acessar políticas públicas de desenvolvimento para os povos e comunidades tradicionais. As comunidades são certificadas em um processo auto declaratório, sem que haja conferência, conforme é definido por convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT). De acordo com o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta esse processo, define essas comunidades como “grupos étnico-raciais”, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. O reconhecimento garante também o acesso às políticas públicas, assessoria jurídica e técnica da fundação e também é requisito para pleitear a demarcação e titulação fundiária.

Para saber mais sobre a fundação da comunidade e a história da Matriarca, dona Almeri dos Santos, filha de Erocilda dos Santos Fernandez, com 65 anos, respondeu “Como ela chegou aqui? Ou ela já morava aqui?”:

Ela (matriarca) andava morando pra lá e pra cá, ela andava com as crianças dela, morando um ano aqui, outro ano ali...Daí o dono dessa terra aqui, disse assim pra ela: “Não precisa andar assim, eu vou te dar uma morada aqui num cantinho aqui embaixo, pra ti criar teus filhos” e, daí foi o que ela fez... Fez um barraco e teve todos os filhos, ganhou os outros filhos tudo ali, daí foram crescendo. Minha mãe passou muito trabalho para criar nós, as vezes, saia muito cedo pra trabalhar, pra vim de noite, pra trazer comida pra nós [...]no outro dia, clareava o dia, tinha que sair de novo, [...] Trabalhava nas casas.

Quando questionada sobre o fator que reconheceu a localidade como comunidade quilombola, se tinha conhecimento em torno da razão e se entendia como um direito da família observou-se expressões de dúvida e incerteza, até inferir que “Eu acho que na verdade foram os anos que a gente ficou...”. Dona Almeri posiciona-se em relação as questões:

Nós fomos reconhecidos como comunidade quilombola... por um projeto que veio pela prefeitura e daí nós corremos atrás e viemos pra cá...até tinham medo de vim aqui... “Ah nós não vamos lá porque diz que lá são acostumados a avançar nas pessoas de facão e tocar as pessoas” e nós estava fazendo um curso no Novo Horizonte e daí eu disse não, tu pode ir lá, que lá ninguém faz isso aí, ninguém faz isso aí, eu sou acostumada a ir tomar chimarrão e comer bolo frito com eles, lá eles não avançam em ninguém, não batem em ninguém, pode ir tranquilo [...] nós esperamos, chego o dia de vim aqui, que eles marcaram pra vir [...] daí foi indo, foi reconhecendo [...] vieram lá da nossa história, dos africanos e daí foi reconhecido.

A matriarca do quilombo, Erocilda dos Santos Fernandez teve 16 filhos e andava *perambulando* com eles em terras na redondeza até que recebeu esse local para se instalar com seus filhos. Aguiar (2012) confirma com a explicação das ramificações da família originária, apontando que a área do quilombo foi doada em meados de 1960 por Régis Fiúza (um jovem proprietário da região) para Erocilda dos Santos Fernandez, matriarca do grupo familiar e fundadora da Comunidade Quilombola Novo Horizonte/Rincão dos Caixões. A comunidade tem suas origens vinculadas a outros dois territórios negros, denominado Sítio Novo/Linha Fão, localizado em Arroio do Tigre/RS e ao Quilombo Júlio Borges, situado em Salto do Jacuí/RS.

O presidente do Quilombo Nelton Fernandes manifesta-se em relação ao reconhecimento como: “*A gente foi se reconhecer como quilombo depois que eles vieram nos reconhecer como quilombo...*”. Então, a partir deste estudo antropológico, organizou-se várias

visitas e em uma dessas visitas, reuniões coletivas, ficou escolhido o nome do quilombo, “Rincão dos Caixões”, em razão do “Rio dos Caixões” que fica próximo à região.

Ainda, quanto ao reconhecimento da comunidade quilombola cabe destacar a fala do senhor Etuino da Silva, que explica que antes desse evento a comunidade passava por muitas dificuldades, pois o espaço que eles ocupavam era pequeno em comparação a constituição total da comunidade. Ele reforça que somente tiveram conhecimento de que eram uma comunidade quilombola, a partir de reconhecimento externo, por isso passaram por um processo de adaptação e geração de novos conhecimentos em torno dessa construção de identidade cultural, como quilombo:

Oia! Custou até nós se ajeita, pega o jeito que eles estavam explicando pra gente (OBS: se referindo ao Instituto de Porto Alegre). [...] Mas, oia! o espaço que nós tínhamos era daquela tabua um pouco pra cá só (afirmando que abrigava todas as famílias) [...].

[...] judiaria, depois que nós ganhamos isso aqui, fico muita da nossa gente que casaram e agora tão tudo, *espaiado*, pra fora que não tem lugar muito pouco [...] são 33 famílias que foi cadastrado e daí tem mais umas 20 que casaram e moram tudo pra fora, não tem como bota tudo junto [...] e o certo da placa, daquela placa lá em cima, aquela da estrada, ta tudo da área quilombola, é tudo demarcado a área quilombola e nois de tão burro, eles perguntaram que quantia de terras vocês querem? Mas nois nem sabia o que que era hectare, o que que era uma terra, mas pra nois o que tive ta bom, mas vocês acham que vocês vão sobreviver com isso aí? Mas nos achava que era uma montoeira de terra, digo oia, vocês tinham que te dado pelo menos de 10 a 30 hectares por cada família [...] e se nos tivesse feito isso aí, nos tava muito melhor, dai dava pra tudo se acomodar.

Além disso, embora o reconhecimento como quilombo tenha sido importante para a comunidade, no sentido, de construírem sua identidade e gerar o sentimento de pertencimento naquele lugar, com pedaços de terras que agora pertenciam a eles por lei, contudo, a entrega das terras por direito não significou condições dignas, pois não lhe garantiam seu sustento e as políticas públicas não direcionaram qualquer ação voltada para o auxílio na construção de suas moradias e orientação para uso sustentável da terra recebida.

Daí melhora, largaram um pedacinho para cada um ir plantando até sair o resto da área, daí foi aumentando [...] mas não foi fácil. Pesquisadora: Receberam algum incentivo para construção das casas? - Não, nada, próprio memo, de ajuda assim não ganhamos nada [...] nem pra plantar.

Felizmente, em meio de tantas dificuldades, as famílias buscaram meios de sustentar-se através da agricultura e assim continuam até os dias atuais.

Olha a gente tem plantado de tudo um pouco, a gente planta milho, planta feijão, planta mandioca, planta um pouco de soja né, porque a gente só de uma coisa a gente não vive né [...] dá careza que tá as coisas né, então a gente planta de tudo um pouco para sobreviver [...] Vende e fica pro gasto também.

Mas, oia!, mas ai não teve lugar que nos não trabaiava [...] só com agricultura, que aqui envolta tem mais o soja, aveia, amendoim, feijão [...] que a gente não vem nada de ajuda do governo pra nois aqui [...] mas graças a Deus que agora tamo bem, da bem pra nos vive [...].

Além disso, os entrevistados versam que os membros da comunidade passam por situações discriminatórias, fora e dentro do seu próprio território, contudo, com o reconhecimento, começou a valorização da sua identidade e identificou-se ofensas e desrespeito contra seu povo, por isso medidas passam a ser tomadas nesse sentido:

Como diz primeiro, o racismo era só branco com branco, e preto com preto, agora não, agora na nossa família aqui, quantos tem misturado, meus netos quase são tudo branco. Graça, que agora termino [...] mas em vista do que nos passava de primeira [...] nos não tinha direito de chegar pra entrar num baile, já diziam vocês não são aceito aqui [...].

[...] Dentro da nossa comunidade quilombola aqui veio uma chefe lá do norte, faz anos já, chamo tudo o povo, era branco e preto que tava aqui com nois, fez uma reunião e disse ó: o branco que tive aqui no meio de vocês, chama de vocês de nego ou macaco, ele tem que sair e deixa a muie, e sai só com o que ele tem, e se é muie branca é a mesma coisa, tem que sair deixar o marido, sai só com aquilo que tem.

Na fala do senhor Ituino sobre as questões raciais, ele acredita que tenham diminuído, mas observa-se que mesmo com a qualificação de crime inafiançável no viés legal, o Brasil ainda não eliminou os casos de racismo. No estudo realizado por Saliani (2012) evidencia-se essas questões muito presente e intensa sobre a comunidade quilombola:

A “negrada”, ou os “mariaco”, denominações utilizadas por muitas pessoas para designar a comunidade do Rincão dos Caixões, conduz a um princípio de distinção histórica vivida pelo grupo em suas cinco décadas de existência naquela região (Saliani, 2012, p.208).

A diferença, ora acionada via reconhecimento de uma distintividade que está dada pelo fenótipo – a “negrada” –, ora pela noção de que a comunidade é detentora de saberes especiais, como a técnica empregada no parto ou o conhecimento sistematizado de ervas utilizadas para diferentes fins. Tem-se, portanto, claras fronteiras que promovem o reconhecimento de grupos diferentes em situações de contato cultural (Salaini, 2012).

As terras do quilombo estão rodeadas pela realidade das monoculturas da soja, um fator que oferece risco para a manutenção da identidade quilombola. Somado a esse aspecto, o fato de vários integrantes da comunidade precisar complementar a renda familiar com trabalhos de diaristas em granjas vizinhas também impactam negativamente na identidade da comunidade quilombola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de luta e reconhecimento da Comunidade Quilombola Novo Horizonte – Rincão dos Caixões na perspectiva da teoria de Axel Honneth segue em incessante evolução e demanda conscientização em relação aos direitos dos integrantes da comunidade. A conquista do território precisa expandir, especialmente entre as novas gerações em relação ao (re) conhecimento e a importância da história das suas origens, compreendendo as injustiças através da sua história e lutando pela preservação dos seus simbolismos, da sua ancestralidade, (re)significando, se necessário, a partir da sua realidade, impedindo que a aculturação realize o apagamento da sua história.

A construção sócio-histórica da comunidade “Novo Horizonte – Rincão dos Caixões” clarifica e reforça o papel relevante que esses espaços desempenham no contexto histórico brasileiro como marco de resistência contra a opressão imposta pelo regime escravocrata e ainda têm relevância na conservação das tradições e culturas afro-brasileiras.

Em relação ao reconhecimento, os integrantes da comunidade quilombola precisa ser individualmente estimulados para desenvolver autoestima e autorreconhecimento enquanto cidadãos brasileiros. Lutar para que seus direitos sejam reconhecidos e validados por políticas públicas que atendam as necessidades de todos, além de compreender o valor social de que são portadores. Nesse sentido, cabe ressaltar o papel dos projetos desenvolvidos pelas instituições externas junto à comunidade como a Emater, Cáritas e Universidade de Cruz Alta ao fomentar a valorização do povo quilombola a partir das individualidades da comunidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria do Carmo Moreira. **Famílias negras no planalto Médio do Rio Grande do Sul (1940 – 1960):** Terra, Migração e relações familiares. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2012.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural.** São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições70, 2011. *Tradução: Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro*.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT**, art. 68. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68 do ato das disposições constitucionais transitórias. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 09 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988**. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providências, 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7668.htm. Acesso em: 09 out. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 38930, de 30 de maio de 2020**. Certificação de comunidades quilombolas como remanescentes de quilombo pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Titulada Comunidade Quilombola Remanescente Novo Horizonte – Rincão dos Caixões. Município de Jacuizinho, RS, processo nº 01420.000940/2006-14.

FURTADO, Marcella Brasil; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; ALVES, Cândida Beatriz. Cultura, Identidade e subjetividade Quilombola: Uma leitura a partir da psicologia cultural. **Revista Psicologia e Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 106-115, 2014.

HONNETH Axel. Redistribution as recognition: a response to Nancy Fraser. In. N. FRASER; A. Honneth. **Redistribution or recognition: A political-philosophical exchange** London: Verso, 2003a. p. 110-197.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Trad. Luiz Repa. São Paulo: ed.34, 2003.

SALAINI, Cristian Jobi. **A “janela” do relatório técnico: variabilidade, criatividade e reconhecimento social em contextos de perícia antropológica**. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2012.